

RELATÓRIO SEMESTRAL 2021/1

SUMÁRIO

História do Sicoob Goiás
Central

04

Conselheiros da Central

05

Mensagem do Conselho
de Administração

06

Mensagem da
Diretoria

07

Demonstrações
Contábeis

09

Notas Explicativas

14

Relatório de Auditoria

35

Parecer do Conselho
Fiscal

39



PROPÓSITO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O principal objetivo do Sicoob é unir pessoas que queiram compartilhar sonhos e prosperidade, levando inclusão social e financeira às comunidades onde está presente. Aqui, apresentamos as diretrizes que guiam nossa atuação.



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.



VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Liderança Responsável
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Respeito e Valorização das Pessoas
- Inovação e Simplicidade

O SICOOB GOIÁS CENTRAL

A Cooperativa Central de Crédito de Goiás (Sicoob Goiás Central) foi fundada em 27 de julho de 1989. Sua constituição foi um marco para o desenvolvimento e expansão do cooperativismo financeiro em Goiás e Tocantins. A Central é uma cooperativa de 2º grau, constituída com o objetivo de organizar os serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas, promover a integração, prestar assessoria técnico-operacional, assistência financeira, centralizar serviços, entre outros,

além de promover a formação educacional dos quadros dirigentes e funcionais das filiadas e o fomento ao cooperativismo de crédito.

A Central encerrou o ano o primeiro semestre de 2021 com 112 colaboradores (entre empregados, estagiários, aprendiz e prestadores de serviço). Hoje, sua rede é composta por 14 cooperativas filiadas, que juntas possuem 101 Postos de Atendimento e mais de 119,6 mil associados.

O Sicoob Goiás Central é administrado

estrategicamente pelo Conselho de Administração, formado por onze membros, sendo o Presidente, o Vice-Presidente e nove conselheiros. É fiscalizado por um Conselho Fiscal formado por seis membros, sendo três efetivos e três suplentes. A execução das diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho de Administração é realizada pela Diretoria Executiva da Central, formada por dois membros: o Diretor Superintendente e a Diretora Administrativa.



CONSELHEIROS DA CENTRAL

Conselho de Administração

Presidente: Marcelo Baiocchi Carneiro

Vice-Presidente: Leopoldo José de Araújo

CONSELHEIROS:

Domingos Portilho da Cunha

Gilberto Alves Moraes

José Humberto Marquez

José Mauricio de Oliveira

José Renner de Souza Rates

Lenise Alvarenga

Renato Moreira da Silva

Wilson Martins de Oliveira

Conselheiros Fiscais

Efetivos:

Fabio Machado de Araújo

João Luiz de Moura Neto

Lister Borges Cruvinel

Suplentes:

Biramar Nunes de Lima

Gustavo Elias Filho

Venceslau Arouca Barbosa

Diretoria Executiva

Diretor Superintendente: Ullisses Silva Vilela Capistano

Diretora Administrativa: Edina Francisca de Souza Fileti

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente do Conselho de
Administração do Sicoob
Goiás Central

A caminho do controle da pandemia da Covid-19, o Brasil começa a dar os primeiros passos para a retomada da economia.

Diante desse cenário, temos boas perspectivas para o crescimento do cooperativismo de crédito, em Goiás e Tocantins.

Nós estamos trabalhando cada vez mais para ajudar o desenvolvimento das nossas cooperativas filiadas.

O corpo técnico do Sicoob Goiás Central atua no suporte para possibilitar, assim, a oferta de juros

mais atrativos e um portfólio ainda mais completo aos associados.

Devido ao excelente trabalho das nossas singulares nos tornamos a segunda rede de atendimento no Brasil, realizando, efetivamente, o propósito cooperativo de promover justiça financeira e prosperidade com inclusão social.

Toda crise é superada com união e muito trabalho. O Sicoob Goiás Central e as cooperativas filiadas têm proporcionado o desenvolvimento econômico e social

no estado de Goiás e Tocantins.

Desta forma, o Sicoob cumpre o seu papel promovendo o crescimento do cooperativismo financeiro e a redução das desigualdades socioeconômicas.



MENSAGEM DA DIRETORIA



O triênio do Planejamento Estratégico vem sendo realizado com maestria pelo Sicoob Goiás Central, cumprindo as metas e os objetivos para que possamos entregar soluções para o desenvolvimento das nossas cooperativas filiadas, promovendo o crescimento do cooperativismo financeiro no estado de Goiás e Tocantins.

A Central vem trabalhando para a melhoria da gestão, centralização de serviços e do suporte para dar cada vez mais soluções financeiras às

cooperativas filiadas. O nosso objetivo é trabalhar para prestar um melhor serviço para as singulares e ajudá-las em suas rotinas e na comercialização de produtos e serviços financeiros.

Nesse semestre conseguimos atingir uma série de bons indicadores, como o melhor resultado mensal em sobras líquidas desde o surgimento da Central GO/TO, alcançando R\$ 23,8 milhões. As cooperativas filiadas ao Sicoob Goiás Central alcançaram,

juntas, a marca de R\$ 249,7 milhões em suas receitas totais, um ativo de R\$ 1,67 bilhão de reais, uma carteira de crédito de R\$ 2,1 bilhões. Juntos conquistamos em um mês quase o valor de todo o ano de 2019. Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e talento que nos possibilitou obter excelentes resultados.

Confira a seguir, neste relatório, o resultado semestral das nossas atividades, estratégias e governança.

1

DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		1.724.240.200,37	1.443.418.816,86
DISPONIBILIDADES	4	2.814.540,58	3.000,00
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.587.476.292,20	1.315.376.475,48
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.498.536.964,79	1.231.639.833,26
Títulos e Valores Mobiliários	4	77.824.864,25	79.269.691,60
Operações de Crédito	5	11.031.114,85	4.377.397,54
Outros Ativos Financeiros	6	83.348,31	89.553,08
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(27.910,86)	(43.773,97)
(-) Operações de Crédito	5.e	(27.910,86)	(43.773,97)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	3.855,80	4.248,60
OUTROS ATIVOS	8	2.080.056,45	1.709.769,41
INVESTIMENTOS	9	124.371.626,56	118.771.026,82
IMOBILIZADO DE USO	10	9.705.923,17	9.605.089,12
INTANGÍVEL	11	1.624.570,31	1.327.411,82
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(3.808.753,84)	(3.334.430,42)
TOTAL DO ATIVO		1.724.240.200,37	1.443.418.816,86
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.724.240.200,37	1.443.418.816,86
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12	1.585.204.858,29	1.319.603.914,61
Relações Interfinanceiras	12	1.585.160.784,67	1.319.557.735,66
Centralização Financeira - Cooperativas	12	1.585.160.784,67	1.319.557.735,66
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	25.239,52	23.837,07
Outros Passivos Financeiros	14	18.834,10	22.341,88
PROVISÕES	15	732.613,85	807.226,02
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	16	253.104,47	275.476,26
OUTROS PASSIVOS	17	6.555.260,24	1.768.915,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		131.494.363,52	120.963.284,14
CAPITAL SOCIAL	18	115.116.908,42	104.388.703,86
RESERVAS DE SOBRAS	18.b.c	10.677.809,02	10.677.809,02
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2.1.a.V	(3.093.527,56)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	18.e	8.793.173,64	5.896.771,26
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.724.240.200,37	1.443.418.816,86

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO
(Em Reais)

	Notas	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		18.804.073,35	13.580.952,96
Operações de Crédito	19	226.255,34	221.569,40
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.b.c	17.978.104,58	12.314.739,34
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	4.d	599.713,43	1.044.644,22
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	20	(18.356.407,85)	(13.412.806,62)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	20	(18.372.270,96)	(13.407.723,33)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	20	15.863,11	(5.083,29)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		447.665,50	168.146,34
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		8.278.990,29	3.697.642,95
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços		8.353,24	60.643,87
Rendas de Tarifas		-	7,52
Dispêndios e Despesas de Pessoal	21	(4.472.512,62)	(4.427.354,13)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	22	(2.676.751,92)	(2.547.310,91)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(23.987,93)	(31.942,85)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		8.693.738,06	4.692.158,44
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	23	6.895.572,34	5.971.539,05
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	24	(145.420,88)	(20.098,04)
PROVISÕES	25	74.612,17	78.412,49
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	25	74.612,17	78.412,49
RESULTADO OPERACIONAL		8.801.267,96	3.944.201,78
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		0	200,61
Ganhos de Capital		-	201,43
(-) Perdas de Capital		-	(0,82)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		8.801.267,96	3.944.402,39
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(8.094,32)	(21.581,90)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(4.047,16)	(10.791,42)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(4.047,16)	(10.790,48)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		8.793.173,64	3.922.820,49
JUROS AO CAPITAL		-	-
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		8.793.173,64	3.922.820,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTALS
Saldos em 31/12/2019	97.783.530,48	(4.162.430,95)	8.312.242,55	3.139.364,23	-	2.255.762,25	107.328.468,56
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	5.000.000,00	560.478,24	-	-	-	-	5.560.478,24
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	3.922.820,49	3.922.820,49
Saldos em 30/06/2020	102.783.530,48	(3.601.952,71)	8.312.242,55	3.139.364,23	-	6.178.582,74	116.811.767,29
Saldos em 31/12/2020	107.458.912,03	(3.070.208,17)	9.726.669,36	951.139,66	-	5.896.771,26	120.963.284,14
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	5.896.771,26	-	-	-	-	(5.896.771,26)	-
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	4.270.955,06	560.478,24	-	-	-	-	4.831.433,30
Sobras ou Perdas do Período	-	-	-	-	-	8.793.173,64	8.793.173,64
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas	-	-	-	-	(3.093.527,56)	-	(3.093.527,56)
Saldos em 30/06/2021	117.626.638,35	(2.509.729,93)	9.726.669,36	951.139,66	(3.093.527,56)	8.793.173,64	131.494.363,52

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em Reais)

	Notas	6/30/2021	6/30/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		8.801.267,96	3.944.402,39
Resultado de Equivalência Patrimonial		(8.693.738,06)	(4.692.158,44)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(15.863,11)	5.083,29
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(74.612,17)	(78.412,49)
Depreciações e Amortizações		483.503,42	385.594,15
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		500.558,04	(435.491,10)
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Operações de Crédito		(6.653.717,31)	(2.276.484,80)
Outros Ativos Financeiros		6.204,77	88.978,09
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		392,80	(426,53)
Outros Ativos		(370.287,04)	(388.645,98)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Relações Interfinanceiras		265.603.049,01	392.735.805,37
Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.402,45	(3.604,79)
Outros Passivos Financeiros		(3.507,78)	(210.385,15)
Provisões		(0,00)	-
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(22.371,79)	61.334,85
Outros Passivos		4.786.344,41	(43.635,06)
Imposto de Renda		(4.047,16)	(10.791,42)
Contribuição Social		(4.047,16)	(10.790,48)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		263.839.973,24	389.505.863,00
Atividades de Investimentos			
Aquisição de Intangível		(293.521,77)	(341.058,96)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(113.650,77)	(816.862,96)
Aquisição de Investimentos		-389,240	6662178,840
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(407.561,78)	5.504.256,92
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		4.831.433,30	5.560.478,24
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		4.831.433,30	5.560.478,24
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		268.263.844,76	400.570.598,16
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		1.310.912.524,86	665.788.032,94
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		1.579.176.369,62	1.066.358.631,10
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		268.263.844,76	400.570.598,16

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL
CNPJ: 33.416.108/0001-19
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
(Em Reais)

	Notas	6/30/2021	6/30/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		8.793.173,64	3.922.820,49
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	2.1.a.V	(3.093.527,56)	-
Itens que podem ser reclassificados para o Resultado			
Ajuste de avaliação patrimonial - investimentos em coligadas e controladas	2.1.a.V	(3.093.527,56)	-
Outros eventos que podem ser reclassificados para o Resultado		-	-
Efeito tributário		-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o Resultado			
Outros eventos que não podem ser reclassificados para o Resultado		-	-
Efeito tributário		-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		5.699.646,08	3.922.820,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2

NOTAS EXPLICATIVAS



COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1) Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA** é uma entidade cooperativista, que tem por objetivo a organização em maior escala, dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito. Neste sentido, o **SICOOB GOIÁS CENTRAL** coordena as ações do Sicoob, difunde e fomenta o cooperativismo de crédito e orienta a aplicação dos recursos captados pelo Sistema. O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** integra o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil - Sicoob, em conjunto a outras cooperativas centrais e singulares.

Atua conjuntamente com mais 14 (catorze) cooperativas singulares associadas, sendo 13 do tipo Livre Admissão e 1 de Empregados Público e profissional liberal, distribuídas nas seguintes localidades:

Localidade	Quantidade de Singulares
Anápolis/GO	01
Ceres/GO	01
Crixás/GO	01
Goianésia/GO	01
Goiânia/GO	04
Morrinhos/GO	01
Palmeiras de Goiás/GO	01
Paraíso de Tocantins/TO	01
Piracanjuba/GO	01
Quirinópolis/GO	01
Rubiataba/GO	01

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em reunião 37ª (Trigéssima sétima), realizada dia 30/07/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

v) A partir de abril de 2021, em atendimento ao “CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros



Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

i) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Banco SICCOOB, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e demais investimentos (quotas do SICCOOB CONFEDERAÇÃO e CNAC) avaliados pelo método de custo de aquisição, conforme ITG CFC 2004 – Entidade Cooperativa, que traz em seu texto, no item 8, “o investimento em outra entidade cooperativa de qualquer grau deve ser avaliado pelo custo de aquisição e seus resultados contabilizados, de acordo com o regime de Competência, em conta de ingresso ou dispêndio”, que integra a conta de investimento da investidora.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são



demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

n) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

o) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

p) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

q) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

r) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018).

Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

s) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

t) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

u) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

v) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4) Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	2.814.540,58	3.000,00
Operações compromissadas (b)	903.001.883,08	743.683.219,52
Depósitos Interfinanceiros – DI pós-fixado (c)	595.535.081,71	487.956.613,74
Cotas de Fundo de Investimento Bancoob (d)	77.824.864,25	79.269.691,60
TOTAL	1.579.176.369,62	1.310.912.524,86

(a) Referem-se aos recursos mantidos em conta corrente no Banco Sicoob.



(b) Referem-se a operações compromissadas, atreladas à taxa CDI, realizadas com o Bancoob, com lastro em títulos públicos federais. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 2020 com foram respectivamente R\$ 9.680.309,85 e R\$ 14.967.128,23.

(c) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração entre 96% e 101% do CDI. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 2020 com as aplicações interfinanceiras de liquidez foram respectivamente R\$ 8.297.794,73 e R\$ 9.074.318,93.

(d) Referem-se as operações com disponibilidade imediata ou cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Os rendimentos auferidos nos exercícios findos em 30 de junho de 2021 e 2020 foram respectivamente R\$ 599.713,43 e R\$ 1.044.644,22.

5) Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	2.801.702,59	7.005.231,95	9.806.934,54	1.251.952,06	729.166,78	1.981.118,84
Financiamentos	668.624,61	555.555,70	1.224.180,31	808.134,70	1.588.144,00	2.396.278,70
Total de Operações de Crédito	3.470.327,20	7.560.787,65	11.031.114,85	2.060.086,76	2.317.310,78	4.377.397,54
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.606,91)	(18.303,95)	(27.910,86)	(20.600,87)	(23.173,10)	(43.773,97)
TOTAL	3.460.720,29	7.542.483,70	11.003.203,99	2.039.485,89	2.294.137,68	4.333.623,57

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em	Provisões	Total em	Provisões
					30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2020
AA	-	Normal	5.448.944,02	-	5.448.944,02	-	-	-
A	0,50%	Normal	4.357.990,52	1.224.180,31	5.582.170,83	(27.910,86)	-	-
B	1%	Normal	-	-	-	-	4.377.397,54	(43.773,97)
Total Normal			9.806.934,54	1.224.180,31	11.031.114,85	(27.910,86)	4.377.397,54	(43.773,97)
Total Geral			9.806.934,54	1.224.180,31	11.031.114,85	(27.910,86)	4.377.397,54	(43.773,97)
Provisões			(21.789,96)	(6.120,90)	(27.910,86)	-	(43.773,97)	-
Total Líquido			9.785.144,58	1.218.059,41	11.003.203,99		4.333.623,57	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	514.202,65	2.287.499,94	7.005.231,95	9.806.934,54

Financiamentos	168.624,66	499.999,95	555.555,70	1.224.180,31
TOTAL	682.827,31	2.787.499,89	7.560.787,65	11.031.114,85

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	30/06/2021	% da Carteira
Outros	9.806.934,54	1.224.180,31	11.031.114,85	100%
TOTAL	9.806.934,54	1.224.180,31	11.031.114,85	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	43.773,97	96.645,48
Constituições/Reversões no período	(15.863,11)	(52.871,51)
Saldo Final	27.910,86	43.773,97

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	5.448.944,02	49,40%	1.981.118,84	45,00%
10 Maiores Devedores	11.031.114,85	100,00%	4.377.397,54	100,00%
50 Maiores Devedores	11.031.114,85	100,00%	4.377.397,54	100,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2021
Saldo Inicial	77.649,04	77.649,04
Valor das operações recuperadas no período	(77.649,04)	-
Saldo Final	-	77.649,04

h) Operações renegociadas:

Em 30/06/2021 não existe saldo devedor com operações de crédito renegociadas pela cooperativa.

6) Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a Central por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não



				Circulante
Rendas a Receber (a)	461,90	-	546,64	-
Títulos e Créditos a Receber	-	-	6.120,03	-
Devedores por Depósitos em Garantia (b)	-	82.886,41	-	82.886,41
TOTAL	461,90	82.886,41	6.666,67	82.886,41

(a) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas a Receber – Convênios.

(b) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$ 5.463,70), Cofins - Depósito Judicial (R\$ 77.422,71).

7) Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30/06/2021:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	3.855,80	4.248,60
TOTAL	3.855,80	4.248,60

8) Outros Ativos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	25.965,60	12.329,84
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta (a)	284.062,91	14.202,31
Pagamentos a Ressarcir	5.306,05	50.436,56
Devedores Diversos – País (b)	1.302.085,75	1.143.539,77
Material em Estoque	70.286,51	64.968,42
Despesas Antecipadas (b)	392.349,63	424.292,51
TOTAL	2.080.056,45	1.709.769,41

(a) Refere-se aos adiantamentos de despesas diversas.

(b) Refere-se basicamente a rateio Orçamentário da Central no mês de Junho/2021 a ser debitados das singulares filiadas

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, INOVATI.

9) Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do **SICOOB CONFEDERAÇÃO** e ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB** (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
------------------	-------------------	-------------------

Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	111.617.985,43	106.017.385,69
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	12.741.141,13	12.741.141,13
Outras Participações	12.500,00	12.500,00
TOTAL	124.371.626,56	118.771.026,82

10) Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Terrenos		1.139.318,00	1.139.318,00
Edificações	4%	3.697.409,39	3.697.409,39
Instalações	10%	1.398.100,31	1.398.100,31
Móveis e equipamentos de Uso	10%	805.530,60	785.027,89
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.469.916,58	2.389.585,24
Sistema de Segurança	10%	2.748,29	2.748,29
Sistema de Transporte	20%	192.900,00	192.900,00
Total de Imobilizado de Uso		9.705.923,17	9.605.089,12
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(1.146.611,87)	(1.072.663,73)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(237.966,63)	(170.032,11)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.322.490,00)	(1.161.644,32)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(128.600,00)	(109.310,00)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(2.835.668,50)	(2.513.650,16)
TOTAL		6.870.254,67	7.091.438,96

11) Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	595.642,99	298.484,50
Sistemas De Comunicação E De Segurança	92.423,07	92.423,07
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	124.624,25	124.624,25
Outros Ativos Intangíveis	811.880,00	811.880,00
Total de Intangível	1.624.570,31	1.327.411,82
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(973.085,34)	(820.780,26)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(973.085,34)	(820.780,26)
TOTAL	651.484,97	506.631,56



12) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de **2021** equivale a 98 % do CDI (**2020** – 98 %).

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	1.585.160.784,67	1.319.557.735,66
Total	1.585.160.784,67	1.319.557.735,66

13) Obrigações por Empréstimos e Repasses

Instituições	30/06/2021	30/06/2020
Banco Cooperativo do Brasil - Banco Sicoob	25.239,52	23.837,07
Total	25.239,52	23.837,07

É composto de valores descontados em folha de pagamento, a serem repassados ao BANCOOB referente à empréstimo consignado.

14) Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	18.834,10	22.341,88
TOTAL	18.834,10	22.341,88

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com fornecedores.

15) Provisões

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	2.384,25	647.343,19	-	724.339,61
Provisão Para Contingências (b)	-	82.886,41	-	82.886,41
TOTAL	2.384,25	730.229,60	-	807.226,02

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	33.125.514,91	38.098.383,40

(b) Provisão para demandas judiciais e passivos contingentes

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	5.463,70	5.463,70	5.463,70	5.463,70
COFINS	77.422,71	77.422,71	77.422,71	77.422,71
Total	82.886,41	82.886,41	82.886,41	82.886,41

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo e classificados com risco de perda possível.

16) Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	661,19	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	6.203,15	6.664,70
Impostos e Contribuições sobre Salários	246.166,97	268.606,69
Outros	73,16	204,87
TOTAL	253.104,47	275.476,26

17) Outros Passivos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias	293.014,96	546.327,36
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	1.469.294,78	1.115.229,37
Credores Diversos – País (b)	4.792.950,50	107.359,10
Total	6.555.260,24	1.768.915,83

(a) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$1.237.560,99) e outros (R\$12.468,48);

(b) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicoob (R\$12.586,75), Créditos de terceiros (R\$79.331,79) e Custo de lançamento - Centralização Financeira (R\$ 4.701.031,96).

17.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	275.372,30	-	275.372,30	-



Cotas de Capital a Pagar	-	-	270.955,06	-
Gratificações e Participações a Pagar	17.642,66	-	-	-
Total	293.014,96	-	546.327,36	-

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

18) Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	115.116.908,40	104.388.703,86
Associados	14	14

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Estatutária – Fundo de Marketing

Reserva de sobras utilizada para cobertura de despesa de Marketing, para divulgação do sistema Sicoob GO/TO.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

19) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Empréstimos	129.711,91	28.450,25
Rendas de Financiamentos	18.894,39	53.119,15
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	77.649,04	140.000,00
Total	226.255,34	221.569,40

20) Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos	(18.372.270,96)	(13.407.723,33)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	15.863,11	(5.083,29)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	72.926,01	7.558,96
(-) Provisões para Operações de Crédito	(57.062,90)	(12.642,25)
Total	(18.356.407,85)	(13.412.806,62)

21) Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35.190,00)	(46.379,38)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(560.667,34)	(696.859,09)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(717.130,84)	(639.649,05)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(929.919,10)	(856.010,31)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.194.294,85)	(2.107.562,19)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(12.483,48)	(39.718,12)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(22.827,01)	(41.175,99)
TOTAL	(4.472.512,62)	(4.427.354,13)

22) Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(55.177,57)	(58.923,16)
Despesas de Aluguéis	(20.956,36)	(40.251,02)
Despesas de Comunicações	(37.179,29)	(18.762,95)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(96.371,83)	(74.058,75)
Despesas de Material	(32.456,47)	(25.568,94)
Despesas de Processamento de Dados	(473.067,19)	(282.497,04)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(38.707,59)	(70.491,15)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(300.579,37)	(463.528,12)
Despesas de Publicações	(23.267,58)	(11.379,60)
Despesas de Seguros	(2.450,14)	(16.589,17)



Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(16.598,40)	(18.673,70)
Despesas de Serviços de Terceiros	(57.242,34)	(107.603,76)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(29.471,44)	(28.093,04)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(247.860,40)	(198.456,99)
Despesas de Transporte	(7.295,78)	(30.297,11)
Despesas de Viagem no País	(2.908,84)	(12.577,77)
Despesas de Amortização	(148.668,36)	(114.500,65)
Despesas de Depreciação	(334.835,06)	(271.093,50)
Outras Despesas Administrativas	(51.955,10)	(74.000,90)
Emolumentos judiciais e cartorários	(1.003,85)	(3.123,65)
Contribuição a OCE	-	(10.234,88)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(698.698,96)	(616.605,06)
TOTAL	(2.676.751,92)	(2.547.310,91)

23) Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	14.755,30	21.620,05
Outras Receitas e Ingressos Operacionais (a)	6.880.817,04	5.949.919,00
Total	6.895.572,34	5.971.539,05

(a) Refere-se a Rateio de despesas da Central entre Filiadas.

24) Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(0,17)	-
Perdas - Danos a Ativos Físicos	-	(50,00)
Perdas - Falhas em Sistemas de Ti	-	(420,00)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	-	(19.623,31)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(145.420,71)	-
Outras Despesas e Dispêndios Operacionais	-	(4,73)
Total	(145.420,88)	(20.098,04)

25) Despesas com Provisões

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	74.612,17	78.412,49
Provisões para Garantias Prestadas	(1.221.796,29)	(207.324,57)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	1.296.408,46	285.737,06
Total	74.612,17	78.412,49

26) Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Ganhos de Capital	-	201,43
Outras Rendas não Operacionais	-	-
(-) Perdas de Capital	-	(0,82)
Resultado Líquido	-	200,61

27) Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no primeiro semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

28) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

a) Cooperativas Singulares

Transação	Ativo/(Passivo)	
	30/06/2021	31/12/2020
Operações de crédito	11.003.203,99	4.333.623,57
Valores a receber		
Rateio/Alocação Filiadas	1.266.208,49	1.114.892,85
Centralização Financeira	1.585.160.784,67	1.319.557.735,66
Passivo		
Juros sobre capital próprio	-	(2.690.574,36)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	115.116.908,42	104.388.703,86
Receitas		
Operações de crédito	226.255,34	272.234,90
Despesas		
Rateio/Alocação Filiadas	6.880.767,54	12.338.782,30
Centralização Financeira	(18.372.270,96)	(25.439.581,36)

**b) Entidades relacionadas**

Transação	Bancoob	
	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Depósitos bancários	2.814.540,58	3.000,00
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.498.536.964,79	1.231.639.833,26
Títulos e valores mobiliários	77.824.864,25	79.269.691,60
Investimentos	111.617.985,43	106.017.385,69
Receitas		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	17.978.104,58	24.041.447,16
Títulos e valores mobiliários	599.713,43	1.562.913,02
Receita com Equivalência Patrimonial	8.693.738,06	8.668.502,79

Transação	Sicoob Confederação	
	30/06/2021	31/12/2020
Despesas		
Serviços de TI	(18.824,49)	(51.375,28)
Rateio de Despesa	(698.698,96)	(1.109.546,28)
Investimentos	12.290.379,63	12.290.379,63

Transação	CNAC	
	30/06/2021	31/12/2020
Despesas		
Serviços de auditoria	(26.106,69)	(53.485,99)
Investimentos	450.761,50	450.761,50

c) No primeiro semestre de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 30/06/2021 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(35.190,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(560.667,34)
Encargos Sociais	(116.078,59)

29) Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação e BANCO SICOOB.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

29.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

29.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

29.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.



As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

29.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

29.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

30) Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31) Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência - PR	32.309.180,98	26.484.932,15
Patrimônio de Referência mínimo (RWA)	17.025.740,38	15.097.484,63
Índice de Basileia (IB)	15,12%	14,00%
Razão de Alavancagem (RA)	1,95%	1,91%
Índice de imobilização	22,70%	28,52%

32) Benefícios a Empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados e administradores, na modalidade Plano Setorial Sicoob Multi-Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As despesas com contribuições efetuadas pela Cooperativa totalizaram:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contribuição Previdência Privada	(14.096,44)	(11.276,65)
Total	(14.096,44)	(11.276,65)

Edina Francisca de Souza Fileti
Diretora administrativa

Lorena Teixeira Rezende Dias
Gerente Contábil - CRC nº 16.895/O-6



3

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e às Associadas da
Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda – SICOOB GOIÁS CENTRAL

Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda – SICOOB GOIÁS CENTRAL, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB GOIÁS CENTRAL em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de agosto de 2021.



A handwritten signature in blue ink that reads 'Diego Rabelo S. Toledo'.

Diego Rabelo S. Toledo
Contador CRC 019481/O-4
CNAI 2090



4

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinamos as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2021.

Com base nos exames e verificações procedidas, nas notas explicativas integrantes das referidas demonstrações, nas averiguações periódicas deste Conselho, e, ainda, considerando o Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras Individuais de Uso Geral emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC, constatamos não haver nada de relevante que conflita com as demonstrações analisadas e somos de parecer que essas refletem adequadamente as situações patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito de Goiás Ltda. – Sicoob Goiás Central.

Goiânia-GO, 24 de agosto de 2021.


João Luiz de Moura Neto
Conselheiro Fiscal Efetivo
Coordenador


Fábio Machado de Araújo
Conselheiro Fiscal Efetivo
Secretário


Lister Borges Cruvinel
Conselheiro Fiscal Efetivo

RELATÓRIO SEMESTRAL 2021/1



/sicoobgoias.official



/sicoobgoiascentral



/sicoobgoiascentral



(62) 3523-8100

